

REFLEXÕES SOBRE ENVOLVIMENTO PATERNO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

BRASILEIRA: REVISÃO NARRATIVA DE LITERATURA

Carine Valéria Mendes dos Santos¹⁹

Janicleide Marcelino da Silva

Jeanine Nayara de Faria

Joice Beatriz Efigênio dos Santos

Marielle Giovanna da Silva Teixeira

Naricla Mariana dos Santos Batista

Resumo

Considerando a importância do pai para o desempenho educacional, objetivou-se discutir sobre as articulações entre paternidades e Educação Infantil no Brasil. Empreendeu-se, assim, uma revisão narrativa na área da Psicologia, em busca de publicações sobre o tema entre 2010 e 2021. Os dados foram divididos destacando aspectos quantitativos (ano, método, abordagem teórica e localidade) e qualitativos (duas categorias temáticas): as influências paternas no desempenho acadêmico na educação infantil e Desafios para a paternidade na interação entre família e escola. Constatou-se escassez de produção científica sobre o tema, reflexo de um cenário de exclusão paterna naturalizada na educação de crianças. Portanto, buscou-se, principalmente, problematizar lacunas passíveis de investigações e destacar a invisibilização da presença paterna no contexto da Educação Infantil.

Palavras-chave: paternidade; educação infantil; escola; família; relação pai-criança.

¹⁹ Endereço para correspondência: Universidade Federal de Alagoas / UFAL- Campus A.C. Simões - Instituto de Psicologia

Av. Lourival de Melo Mota - Tabuleiro do Martins - Maceió-AL - CEP: 57072-970. E-mail: carinevmendes@gmail.com

Introdução

Este trabalho visa articular transformações contemporâneas no contexto familiar à educação infantil. Desse modo, ressaltamos que o conceito de família vem sendo constantemente submetido a modificações, algo que vai desde o modelo nuclear às configurações diversas que se observam na atualidade, tais como: famílias reconstituídas (suscitadas pelo divórcio e os recasamentos), homoparentais (casais de gays ou lésbicas com filhos/as), uniparentais (homem ou mulher solteiros/as com filhos/as), adotantes (casais com crianças adotadas), entre outras que se incluem nessa diversidade.

Nesse sentido, podemos especificar ainda que o termo coparentalidade associa-se, neste cenário contemporâneo de transformações, à flexibilidade das funções entre os responsáveis pela criança (Feinberg, 2003), o que nos leva a considerar que esse compartilhamento tem grande influência no contexto educacional. A participação ativa da figura masculina nos cuidados com os/as filhos/as tem potencial para promover o bom desempenho escolar e o desenvolvimento saudável na infância (Piccinini, Silva, Gonçalves, Lopes, & Tudge, 2012; Santos & Antúnez, 2018). No entanto, isso não ocorre de forma massiva, a maior parte dos homens, enquanto pais, são ausentes no acompanhamento escolar e nos cuidados infantis, omitindo-se nas divisões de responsabilidades.

Dentro desse contexto de discussão, Marturano e Loureiro (2003) abordam a interação entre família e instituição educacional como um recurso imprescindível na constituição da criança enquanto ser social. Partindo desse pressuposto, o ambiente familiar e o sistema educacional precisariam interagir cooperativamente para aumentar os índices de rendimento escolar, já que os vínculos e as conjunturas estabelecidas no ambiente familiar podem propiciar a motivação para os estudos ou limitar o desejo de saber na infância (Rodrigues & Barbosa, 2003).

Carpenter (1997) aponta que, a partir da década de 1990, houve um aumento nas propostas para programas de intervenções com o intuito de promover o exercício da prática parental; possibilitando também condições emocionais e sociais; e, reduzindo as adversidades que poderiam interferir na interação familiar. Entretanto, as estratégias desses programas, ainda que direcionadas à família, concentram-se na figura materna, a qual possui papel predominante nas demandas infantis, enquanto a função social da figura masculina ainda é atribuída à tradicional concepção de provedor financeiro (Badinter, 1993; Bornholdt, Wagner & Staudt, 2007).

A partir das contribuições dos estudos psicossociais sobre a família, podemos compreender que os papéis de gênero, historicamente construídos, ressaltam os estereótipos sociais acerca da paternidade e suas funções, de modo a dificultar a participação ativa do pai nos cuidados e na educação da criança. Desse modo, as intervenções destinadas à figura paterna possuem baixa

adesão nas instituições educacionais (Coley, 2001; Fabiano, 2007; Lamb, 1997; Taylor & Daniel, 2000), o que se traduz como uma das maiores barreiras para a atuação do homem/pai nesse contexto.

Apesar desse persistente aspecto sociocultural, a inserção progressiva das mulheres no mercado de trabalho contribuiu para uma dissociação crescente entre feminino e maternidade, associação anteriormente estabelecida como única via identitária possível para a mulher. Consequentemente, o homem vai se inserindo e é inserido de forma gradual no ambiente doméstico, viabilizando modificações na organização familiar e no exercício da paternidade contemporânea, concebida cada vez mais sob o modelo da paternidade participativa (Eggebeen, 2002; Gabriel & Dias, 2011; Garbar & Theodore, 2000; Hennigen, 2010; Magalhães, 2007). Esse contexto é complexificado ainda por fatores como a busca por um investimento maior do casal em carreiras profissionais e a rede de apoio reduzida em espaços urbanos. (Pasinato & Mosmann, 2016). Logo, as transformações nesses papéis e funções interferem na participação dos homens que, em vista da convivência paralela de antigos e novos modelos de paternidade, encontram-se imersos em um processo de transição.

Se considerarmos que, na contemporaneidade, as crianças são inseridas em momentos cada vez mais precoces no ambiente escolar, precisamos promover maiores discussões em torno desta participação assimétrica entre homens e mulheres no contexto educacional, principalmente, o infantil. Muitas pesquisas exemplificam a importância do diálogo entre família e escola para o desenvolvimento da criança e o processo de aprendizagem, mas a produção científica sobre a participação dos homens na educação infantil ainda é escassa. A partir da necessidade do aprofundamento científico e de um olhar mais atento para a figura paterna, esse estudo pretende discutir, por meio de uma revisão narrativa da literatura, as articulações entre paternidades²⁰ e o contexto da educação infantil no Brasil.

Método

Em vista do exposto, apresentamos aqui um estudo qualitativo desenvolvido a partir de uma revisão narrativa. Considerando a escassez de discussões sobre o tema escolhido, esta revisão buscou, principalmente, a exploração temática e a problematização de lacunas. De acordo com Rother (2007) a revisão narrativa é uma modalidade de investigação e publicação abrangente,

²⁰ Compreendemos que a paternidade, enquanto prática parental, não pode ser definida como instância singular e generalizante. Destacamos, assim, a concepção de práticas paternas plurais e que se constituem nas interações familiares, não sendo concebidas *a priori*.

mostrando-se pertinente para descrever e discutir o desenvolvimento ou o "estado da arte" de um assunto específico, do ponto de vista teórico ou contextual.

A revisão narrativa não utiliza uma metodologia específica para seu desenvolvimento, sendo de responsabilidade de seus autores a análise, seleção e interpretação dos estudos. Por possuir uma análise temática mais aberta, este tipo de revisão não exige um protocolo restrito para sua elaboração, o que torna flexível a busca das fontes bem como a seleção dos artigos e o uso de fontes complementares, além de promover uma participação mais subjetiva do pesquisador (Elias et al., 2012).

Estabelecida esta premissa metodológica, destacamos que para esta exploração bibliográfica foram analisadas as seguintes bases de dados: SciELO (Scientific Eletronic Library Online/Biblioteca Eletrônica Científica Online), BVS – Psi (Biblioteca Virtual de Saúde - Psicologia Brasil), PePsic (Periódicos eletrônicos em Psicologia) e Portal de Periódicos CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). Os acessos e buscas foram realizados por todas as autoras nas mesmas bases e com os mesmos descritores para garantir a fidedignidade e confiabilidade do material selecionado.

As buscas foram conduzidas em função de quatro pareamentos de descritores: 1º pareamento - paternidade + educação infantil; 2º pareamento - paternidade + escola; 3º pareamento - pai + educação infantil; e, 4º pareamento – pai + escola. Logo, em todas as bases de dados foram realizadas sequências de busca com os quatro pareamentos apontados. Sobre os critérios de inclusão dos artigos, destacamos: artigos científicos; período de publicação entre 2010 e 2021; produções dentro da área da Psicologia; estudos referentes ao contexto brasileiro; apenas resumos em português; e relacionados tanto às paternidades quanto à educação infantil²¹. Não foram feitas restrições relativas às metodologias dos artigos ou às abordagens teóricas apresentadas. Especificamos também os critérios de exclusão: teses, dissertações, resenhas, atas, notícias, artigos publicados antes de 2010, provenientes de outras áreas de estudo além da Psicologia e não relacionados à interface temática entre paternidades e educação infantil.

Após seleção e análise conjunta dos artigos de acordo com a temática, foram realizadas leituras na íntegra de 06 artigos. A seguir apresentaremos alguns resultados quantitativos referentes aos artigos selecionados, sistematizados pelo ano de publicação, tipo de método, localidade de realização dos estudos e abordagens teóricas apresentadas.

²¹ Para fins de delimitação, seguiu-se a divisão curricular nacional que define a Educação Infantil como o período escolar que compreende a faixa etária de 0 a 6 anos.

Resultados

Por meio da análise e sistematização dos 06 artigos selecionados, formulou-se a Tabela 1, que agrupa os títulos, os anos de publicação e os autores. Os métodos, as abordagens teóricas e os locais de realização dos estudos também serão apresentados ao longo dessa seção, de modo a explicar os dados quantitativos que foram coletados e as inferências geradas a partir deles.

Nesse sentido, com relação às/aos autoras/es descritas/os na Tabela 1, observou-se que quase todas/os possuem vínculo com instituições do sul e sudeste brasileiro, tendo em vista que são 12 autoras/es no total, dos quais 8 são dessas duas regiões, 3 do centro-oeste e apenas 1 pesquisador vinculado a uma instituição do Canadá. Nota-se que, apesar da escassez do material produzido no período estudado, essas regiões do Brasil concentram os estudos sobre o tema por serem polos acadêmicos com uma diversa gama de pesquisas no país. Outro aspecto a se analisar sobre a autoria dos estudos é a questão de gênero na autoria dos artigos, visto que das/os 12 autores/as 7 são mulheres e 5 são homens. Nesse sentido, percebe-se um relativo equilíbrio em função do gênero, no entanto, por tratar-se de uma amostra muito reduzida não é possível inferir que os homens estão se interessando mais, em âmbito acadêmico, por investigações sobre a articulação temática paternidades x educação infantil.

Tabela 1 - Produção sobre paternidades na educação infantil de 2010 a 2021

Título	Ano	Autores
Transição para a parentalidade e a coparentalidade: casais que os filhos ingressaram na escola ao término da licença-maternidade	2016	Liana Pasinato e Clarisse Pereira Mosmann
O engajamento paterno como fator de regulação da agressividade em pré-escolares	2013	Lauren Beltrão Gomes, Maria Aparecida Crepaldi e Marc Bigras
O pai e a escolarização dos filhos	2017	Geraldo Romanelli
Os entraves da autoridade paterna no processo de aprendizagem: uma abordagem psicanalítica	2010	Ana Lisete Frontini Pereira Rodrigues
Preditores de comportamentos e competência acadêmica de crianças de famílias nucleares, monoparentais e recasadas	2014	Vanessa Barbosa Romera Leme e Edna Maria Marturano
Aprendizagem social e comportamentos agressivo e lúdico de meninos pré-escolares	2010	Timoteo Madaleno Vieira, Francisco Dyonisio C. Mendes e Leonardo Conceição Guimarães

Fonte: SCIELO, BVS – PSI, PEPsic e PORTAL DE PERIÓDICOS CAPES.

No que se refere aos anos de publicação, constata-se que em 2011, 2012, 2015, 2018, 2019, 2020 e 2021 não se encontraram publicações sobre o tema, enquanto nos anos de 2013, 2014, 2016 e 2017 contabilizou-se apenas uma publicação referente a cada ano. Em 2010 foram encontradas duas publicações. Diante disso, percebe-se que os artigos estão escassamente distribuídos no período selecionado, atestando uma baixa produção científica sobre um tema tão essencial.

Sobre a análise das abordagens teóricas, observou-se, respectivamente, a seguinte distribuição de artigos: 1 estudo psicossocial, 1 teoria sistêmica, 1 revisão de literatura, 1 psicanálise, 1 teoria bioecológica do desenvolvimento humano e 1 cognitivo-comportamental. Nesse sentido, nota-se uma variação relevante nas abordagens, sendo possível compreender que não há uma predominância na concepção teórica para realização de pesquisas acerca do tema apresentado. Quanto ao método, pode-se inferir que existe equidade entre os estudos encontrados, pois 3 apresentaram investigações qualitativas e 3 quantitativas.

No que diz respeito à localidade, percebe-se que os estudos foram direcionados a regiões específicas. Dos 6 artigos selecionados, em 3 os estudos foram realizados em São Paulo, 1 no Rio Grande do Sul, 1 em Santa Catarina e 1 em Goiás. Dessa maneira, a maioria foi realizada no sul e sudeste, e apenas o último destoia, sendo uma investigação do centro-oeste. Não foram identificados estudos em outras regiões do país, o que pode demonstrar maior interesse pela temática ou a maior concentração de universidades e pesquisadores voltados a estes estudos nesses locais, especialmente no sul e sudeste, o que expõe a necessidade de desenvolver tais estudos em outras localidades do país. Para além, esta análise demonstra o quanto o tema, apesar de sua relevância, ainda é pouco discutido pela Psicologia no âmbito educacional e de gênero. A seguir exploraremos de forma mais aprofundada a discussão temática em função da revisão narrativa empreendida.

Discussão

De maneira a organizar os conteúdos de acordo com as ênfases temáticas encontradas no levantamento de artigos, optou-se por dividi-los em duas categorias: “As influências paternas no desempenho acadêmico na Educação Infantil” e “Desafios para a paternidade na interação entre família e escola”. Nesse ínterim, a discussão será pautada tanto em função das articulações entre paternidades e Educação Infantil, suscitadas ao longo da revisão, como pelo destaque a algumas lacunas passíveis de investigações futuras.

As influências paternas no desempenho acadêmico na Educação Infantil

Optou-se por destacar o desempenho acadêmico escolar como cerne desta categoria de análise, pois este foi um tema recorrente, sendo discutido de diferentes formas para elucidar, principalmente, como a presença ou a ausência paterna estaria associada a benefícios e prejuízos para a qualidade do desempenho da criança no processo de aprendizado (Ahmed & Bould, 2004; Gravena, 2006; Nascimento, 2007; Raley, Mattlingly, & Bianchei, 2006).

Segundo Klump e Silva (2018) a participação paterna frequente na vida escolar da criança no período da educação infantil, com uma comunicação fluida, fornecendo suporte emocional, auxiliando nas atividades, participando em reuniões escolares, entre outras formas de acompanhamento ao processo de aprendizado, produziria, conseqüentemente, benefícios e melhorias ao desempenho escolar infantil. Em contrapartida, a ausência paterna estaria associada a distúrbios de comportamento, repetências, dificuldades de leitura posteriores, problemas de comportamento e de competência acadêmica (Leme & Marturano, 2014; Cia, Barham & Fontaine, 2012).

No entanto, como Rodrigues (2010) aponta, a problemática exige mais do que garantir e incentivar apenas a presença paterna em atividades desenvolvidas no e pelo contexto escolar. Seria necessário diferenciar, considerando a qualidade da presença, práticas que facilitam ou causam entraves ao desempenho acadêmico esperado. Desse modo, além da reflexão sobre os déficits associados à ausência do pai, também é essencial investigar que práticas paternas seriam mais adequadas e saudáveis para uma boa performance infantil neste ambiente.

Seguindo esta argumentação, Leme e Marturano (2014) destacam a divisão de práticas parentais entre: positivas (alicerçadas na expressão positiva de sentimentos, consistência na imposição de regras e limites, envolvimento e monitoria das atividades escolares); coercitivas (baseadas em ameaças e agressões); permissivas (falta de controle frente a comportamentos indesejados); e, inconsistentes (falta de estabilidade e confiabilidade no cumprimento de ações informadas à criança). Logo, estes tipos de práticas parentais estariam diretamente relacionados ao nível de bem-estar e à adaptação social e escolar infantil.

Exemplificando os efeitos dessas práticas, o artigo de Gomes, Crepaldi e Bigras (2013) traz reflexões sobre a importância paterna na regulação da agressividade em âmbito escolar, os autores enfatizam justamente como as práticas autoritárias e punitivas tendem a estimular a manifestação de comportamentos agressivos problemáticos ou a inibição da agressividade, enquanto a participação do homem/pai nos cuidados básicos e no auxílio à contenção e canalização de aspectos

agressivos do comportamento para atividades competitivas e lúdicas facilitaria a socialização positiva da agressividade.

Percebe-se também que embora a mútua interferência entre repertório de habilidades sociais do pai *versus* qualidade do desempenho acadêmico da criança seja explorada em diferentes artigos, há lacunas amplas e diversas no que diz respeito ao contexto específico da educação infantil, assim como no detalhamento e especificação dos critérios que definem a adequação ou inadequação no desempenho acadêmico e o que seriam os tais problemas de comportamento neste momento do percurso educacional.

Destaca-se ainda que a maior parte dos estudos consultados optou por métodos de pesquisa que não investigaram aspectos históricos ou psicossociais associados à construção de diferentes modelos de paternidade, ou uma concepção plural das práticas paternas. Parte-se, desse modo, de perspectivas que não exploram de maneira aprofundada a construção dos papéis sociais de gênero e as possibilidades de desconstrução do lugar do pai frente à inserção da criança no ambiente escolar (Vicentin & Lullhier, 2019; Gabriel & Dias, 2011; Yablonsky, 1990). Além disso, preconceções implícitas em relação ao papel paterno, subjacentes a alguns ângulos de investigação encontrados, trazem também para este contexto discussões que continuam a salientar as funções do homem como aquele responsável apenas por disciplinar e ser uma referência de autoridade junto à criança.

Exemplo de exceção a isto é encontrada no artigo de Pasinato e Mosmann (2016) que aponta a coparentalidade²² como uma dinâmica familiar típica da contemporaneidade em que os homens desempenham atividades de formas mais compartilhadas com suas parceiras e apresentam maior engajamento na vida escolar dos(as) próprios(as) filhos(as). De acordo com os autores, a prática coparental também estaria associada a um melhor desempenho acadêmico infantil. Contudo, a realidade da inserção masculina e paterna na escola nos confronta com a não inclusão - efetivada por diferentes agentes sociais, inclusive os próprios homens - e a desvalorização do pai como um agente de cuidados atuando em prol do processo educacional na primeira infância. Este desequilíbrio no compartilhamento das práticas parentais nos remete ao papel ainda central da mulher/mãe nos cuidados da criança pequena, estereótipo que também reverbera na educação infantil, até hoje território predominantemente feminino e materno.

²² Pasinato e Mosmann (2016) definem coparentalidade como um subsistema em que há interações conjuntas e recíprocas de ambos os pais na educação, formação e tomada de decisões sobre a vida dos(as) filhos(as). Há nesse subsistema a necessidade de pelo menos dois adultos responsáveis e em compartilhamento de cuidados, podendo ser ampliado para englobar outras pessoas e instituições que também façam parte da rede de cuidados, como por exemplo a escola.

Desafios para a paternidade na interação família x escola

Outro tema transformado em categoria de análise, principalmente pela pouca evidência nas produções encontradas, se refere aos desafios inerentes à interação entre família e escola e que dizem respeito tanto a incluir os homens/pais, quanto promover e facilitar o engajamento paterno em prol do processo educacional. Este englobaria não só o desempenho acadêmico da criança, mas também outros elementos (materiais, afetivos, psicopedagógicos etc.) intrínsecos à formação e ao desenvolvimento humano mediados pelas instituições de ensino. Ressaltamos, dessa forma, um segundo ângulo de debate que demonstra o quanto a interface paternidades e Educação Infantil possui ainda muitas lacunas a serem exploradas pela área da Psicologia, sobretudo se considerarmos a emergência de novas paternidades mais atuantes e engajadas nos cuidados e na educação infantil.

Isto posto, concebe-se que no esforço de refletir e mobilizar ações conjuntas para estabelecer acessos aos pais nas escolas, é imprescindível rever naturalizações que posicionam os homens como cuidadores incompetentes e/ou como aqueles que não sabem ou não querem paternar e socializar crianças. Esta preconceção, presente no imaginário cultural brasileiro, ainda justifica a predominante ausência paterna na Educação Infantil, cenário que vem se modificando progressivamente na atualidade.

Se foram constatados benefícios para a competência escolar derivados do maior engajamento paterno, seria possível pensar em benefícios também para o homem, em sua paternagem, a partir da participação mais ativa na vida escolar dos(as) filhos(as)? Como as escolas voltadas à educação infantil têm atuado no sentido de legitimar os homens como cuidadores e mediadores na consecução do processo de aprendizado? E como as concepções e representações de ambos os genitores sobre o que é aprender interferem na maneira como a criança irá se engajar efetivamente ou não nas várias possibilidades educacionais que lhe são oferecidas?

Em um estudo realizado por Rodrigues (2010), a partir da interação entre pai e filha, acompanha-se uma análise sobre como a preconceção de um pai, de que existiria uma incapacidade feminina de conseguir pensar ou ter um raciocínio lógico-matemático coerente, causava dificuldades para a própria filha em aprender matemática e ter um desempenho satisfatório. A autora nos mostra, como a partir dessa compreensão, promoveu-se uma intervenção com este pai no sentido de desconstruir estas generalizações e ajudá-lo a facilitar a aprendizagem, algo que nos remete à importância não só de incluir ambas as figuras parentais no processo educativo, como conhecer e mediar as dificuldades psicológicas e afetivas apresentadas pelos adultos responsáveis ao longo desse processo.

Embora o estudo supracitado ponha em destaque a relação pai e filha, é notável na literatura científica a ausência de estudos que tragam informações e inferências consistentes sobre possíveis diferenciações no engajamento paterno na escola em função do gênero da criança. Outra lacuna constatada se relaciona ao fato de não haver nenhuma menção a práticas paternas em outras configurações familiares além da heterossexual. Pais solteiros, homossexuais, transexuais, tios, avôs, adotantes, entre outros, não são investigados, restringindo-se todas as inferências e achados a tratarem de pais heterossexuais casados ou divorciados e suas interações com o ambiente escolar.

Não obstante a produção irrisória sobre a temática aqui escolhida, é relevante apontar que alguns artigos trazem importantes contribuições no sentido de demonstrar a efetividade de intervenções na área da Psicologia que comprovaram ou ampliaram as possibilidades de engajamento paterno no processo educativo de crianças. A exemplo disso menciona-se o estudo de Vieira, Mendes e Guimarães (2010) no qual indicou-se que o maior engajamento do pai nos cuidados infantis foi associado a níveis menores de estresse parental. A interrelação entre apoio social do pai e baixo nível de estresse corrobora o fato de que pais que conhecem melhor as características, comportamentos e a personalidade de seus/suas filhos(as) estariam mais aptos a gerir de forma adequada às diferentes interações, o que inclui também a relação entre família e escola.

Entre tantos desafios a serem superados e que se remetem também à necessidade de investigações ampliadas e aprofundadas sobre a participação das paternidades na escola, compreender a presença e o engajamento paterno como parte da rede de apoio ao desenvolvimento e ao percurso escolar da criança torna-se pauta urgente e imprescindível para a diversificação de recursos disponíveis e para a ampliação de possibilidades criativas e facilitadoras do processo de aprendizagem na Educação Infantil.

Considerações Finais

Que fatores estão associados à ausência ou ao mínimo envolvimento paterno na Educação Infantil? As escolas têm acompanhado as mudanças e transformações nas funções e papéis de gênero nas práticas parentais contemporâneas? Os homens/pais estão de fato se engajando e contribuindo mais para o processo educacional de seus/suas filhos(as)? Há lugar para a presença e participação paterna na Educação Infantil? E por que no Brasil a Psicologia ainda apresenta tão poucas produções sobre esse tema tão relevante? São algumas das questões erigidas ao longo

desta revisão narrativa e que, em vista da pouca produção científica até o momento, foram minimamente respondidas.

Como apontamos anteriormente, no intuito de investigar o estado de arte da temática abordada, compreendeu-se que há uma exclusão paterna no contexto da Educação Infantil. Exclusão que, travestida de naturalização, é percebida muitas vezes como realidade imutável e intransponível. Parte-se do pressuposto de uma inclusão não solicitada pelos homens e, portanto, não necessária. O que implica tanto a acomodação dos homens/pais quanto o estabelecimento de barreiras para preservar o *status quo* escolar, predominantemente preenchido por mulheres (mães e/ou educadoras). Para os homens que têm tentado adentrar este ambiente, subvertendo estereótipos e abrindo novos espaços, os desafios se associam aos incômodos mobilizados por uma presença estranha e/ou à tentativa de lutar contra um lugar de invisibilidade e inadequação.

Se as paternidades na escola ainda não são um tema em amplo debate, este artigo buscou contribuir situando algumas lacunas passíveis de investigações, pondo em foco uma problemática que vem sendo invisibilizada também pelos estudos acadêmicos. A mínima quantidade de artigos encontradas trouxe limitações à discussão empreendida, porém, também nos mostrou o potencial de exploração de alguns estudos já realizados que trouxeram importantes inferências sobre a temática.

Antes de compreendermos as diversas implicações relacionadas à participação ou não do pai no processo educativo, é necessário reconhecer que há de fato um processo de exclusão e autoexclusão em curso. Problematicar os fatores que associam a presença masculina e paterna como estrangeira e incômoda torna-se um desafio não só para a Psicologia, mas também para todas as áreas voltadas para os estudos sobre a Educação Infantil.

Referências

- Ahmed, S. S., & Bould, S. (2004). "One able daughter is worth 10 illiterate sons": Reframing the patriarchal family. *Journal of Marriage and Family*, 66, 1332-1341
- Badinter, E. (1993). XY: Sobre a identidade masculina. 2ª. Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Bornholdt, E. A., Wagner, A., & Staudt, A. C. P. (2007). A vivência da gravidez do primeiro filho à luz da perspectiva paterna. *Psicologia Clínica*, 19, 75-92.
- Carpenter, B. (1997). Early intervention and identification: finding the family. *Children & Society*, 11(3), 173-182.

- Cia, F., Barham, E. J., & Fontaine, A. M. G. V. (2010). Impactos de uma intervenção com pais: o desempenho académico e comportamento das crianças na escola. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 23(3), 533-543.
- Coley, R. L. (2001). (In)visible men: Emerging research on low-income, unmarried, and minority fathers. *American Psychologist*, 56(9), 743.
- Eggebeen, D. J. (2002). The changing course of fatherhood: Men's experiences with children in demographic perspective. *Journal of Family Issues*, 23(4), 486-50
- Elias, C. S. R., Silva, L. A., Martins, M. T.S. L., Ramos, N.A.P., Souza, M.G.G., Hipólito, R. L. (2012). Quando chega o fim? Uma revisão narrativa sobre terminalidade do período escolar para alunos deficientes mentais. *Revista Eletrônica de Saúde Mental Alcool e Drogas*, 8(1), 48-53.
- Fabiano, G. A. (2007). Father participation in behavioral parent training for ADHD: review and recommendations for increasing inclusion and engagement. *Journal of Family Psychology*, 21(4), 683.
- Feinberg, M. E. (2003). The internal structure and ecological context of coparenting: A framework for research and intervention. *Parenting: Science and Practice*, 3(2), 95-131.
- Gabriel, M. R., & Dias, A. C. G. (2011). Percepções sobre a paternidade: descrevendo a si mesmo e o próprio pai como pai. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 16, 253-261.
- Garbar, G., & Theodore, F. (2000). *Família mosaico* (L. Lopreto, Trad.). São Paulo: Augustus.
- Gomes, L. B., Crepaldi, M. A., & Bigras, M. (2013). O Engajamento Paterno como Fator de Regulação da Agressividade em Pré-Escolares. *Paidéia (Ribeirão Preto)*, 23, 21-29.
- Gravena, A. C. (2006). Retorno ao trabalho após o nascimento de um filho: Percepções de professoras sobre sua experiência. Dissertação de Mestrado não-publicada, Programa de Pós-Graduação em Educação Especial, Universidade Federal de São Carlos, SP.
- Hennigen, I. (2010). Especialistas advertem: o pai é importante para o desenvolvimento infantil. *Fractal: Revista de Psicologia*, 22, 169-184.
- Isotton, R., & Falcke, D. (2014). Paternidade em famílias pós-divórcio cujo pai detém a guarda unilateral dos filhos. *Revista Subjetividades*, 14(3), 486-498.
- Klumpp, C. F. B., & Silva, R. N. (2018). A importância da figura paterna para o processo de aprendizagem. *Vínculo-Revista do NESME*, 15(1).
- Lamb, M. E. (1997). Fathers and child development: An introductory overview and guide. *The role of the father in child development*, 3(1), 1-18.
- Leme, V. B. R., & Marturano, E. M. (2014). Preditores de comportamentos e competência académica de crianças de famílias nucleares, monoparentais e recasadas. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 27, 153-162.
- Magalhães, A. S. (2007). Novos arranjos familiares: Qual é o papel do pai na família contemporânea. *IHU on-line*, 230, 10-11.
- Marturano, E. M., & Loureiro, S. R. (2003). O desenvolvimento socioemocional e as queixas escolares. In Del Prette, A. & Del Prette, Z. A. P. (Orgs.), *Habilidades sociais, desenvolvimento e aprendizagem: questões conceituais, avaliação e intervenção*. Campinas: Alínea.
- Nascimento, I. M. G. (2007). Investimento no trabalho e na parentalidade e relação interpapéis: Uma análise da transmissão intergeracional. Tese de Doutorado não-publicada, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade do Porto, Portugal.

- Pasinato, L. & Mosmann, C. (2016). Transição para a parentalidade e a coparentalidade: casais que os filhos ingressaram na escola ao término da licença-maternidade. *Avances en Psicología Latinoamericana*, 34(1), 129-142.
- Piccinini, C. A., Silva, M. D. R., Gonçalves, T. R., Lopes, R. D. C. S., & Tudge, J. (2012). Envolvimento paterno aos três meses de vida do bebê. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 28, 303-314.
- Raley, S. B., Mattingly, M. J., & Bianchei, S. M. (2006). How dual are dual-income couples? Documenting change from 1970 to 2001. *Journal of Marriage and Family*, 68, 11-28.
- Rodrigues, A. L. F. P. (2010) Os entraves da autoridade paterna no processo de aprendizagem: uma abordagem psicanalítica. *Construção psicopedagógica*, 18(16), 9-23.
- Rodrigues, A., & Barbosa, M. C. (2003). Família e a autorização para aprender. In Munhoz, M. L. P. (Org.), *Questões familiares em temas de psicopedagogia*. São Paulo: Memnon.
- Romanelli, G. (2017). O pai e a escolarização dos filhos. *DOXA: Revista Brasileira de Psicologia e Educação*, 19(2), 321-337.
- Rother, E. T. (2007). Revisão sistemática X Revisão narrativa. *Acta Paulista de Enfermagem*, 20(2), 5-6.
- Santos, C. V. M., & Antúnez, A. E. A. (2018). Paternidade afetivamente inscrita: modalidades de interação na relação pai-bebê. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 70(1), 224-238.
- Taylor, J., & Daniel, B. (2000). The rhetoric versus the reality in child care and protection ideology and practice, in working with fathers. *Journal of Advanced Nursing*, 31(1), 12-19.
- Vicentin, P. M., & Lhullier, C. (2019). Representações sociais da paternidade: um estudo comparativo. *Fractal: Revista de Psicologia*, 31, 305-312.
- Vieira, T. M., Mendes, F. D. C. & Guimarães, L. C. (2010). Aprendizagem social e comportamentos agressivo e lúdico de meninos pré-escolares. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 23, 544-553.
- Yablonsky, L. (1990). Pais e filhos (A. Cancian, Trad.). São Paulo: Melhoramentos.

NOTES ON PATERNAL INVOLVEMENT IN BRAZILIAN CHILD EDUCATION: NARRATIVE LITERATURE REVIEW

Abstract

Considering how important is the father for educational performance, this paper aims at discussing the relations between fatherhood and Child Education in Brazil. A narrative review in the field of Psychology was undertaken, with publications between 2010 and 2021. Data were organized highlighting quantitative aspects (year, method, theoretical approach and location) and qualitative aspects (paternal influences on child education performance and challenges for paternity in the interaction between family and school). Scientific production on the subject is scarce, which may reflect a scenario of paternal exclusion naturalized in the education of children. Therefore, we sought to discuss some gaps that could be investigated and to highlight the invisibility of the father in the context of Child Education.

Keywords: fatherhood; child education; school; family; father-child relation.